
O PATRIOTISMO, O FUTURO E PORTUGAL

O PATRIOTISMO, O FUTURO E PORTUGAL

Se «a vida não pode ser reparada, mas somente recriada por um regresso às fontes»⁽¹⁾ há que ter em larga conta a diversidade dos tempos e a mudança nos homens.

Ao repensarmos o país que fomos, e queremos ser deparou-se nos a urgência de reanalisar o conceito de patriotismo, tantas vezes exaltado, mas tão poucas explicitado, sem premeditados objectivos político-ideológicos sectaristas, não raro, deturpadores da sua real significância. Nesta conformidade, pareceu-nos útil enunciar previamente alguns aspectos sintomáticos da complexa problemática que o envolve e que, mais adiante, tentaremos delinear sucintamente. A primeira questão que entrevemos consiste em saber se o sentimento patriótico constitui hoje um conceito ultrapassado ou se, pelo contrário, ele é, cada vez mais, justificativo e impulsionador da continuidade nacional de qualquer país, neste difícil epílogo do séc. XX. Sendo a ideia de pátria tão recuada, mas tão importante ao longo da evolução humana, como pode manter-se sem assumir um carácter retrógrado e mesmo estagnante na sociedade a que hoje se aplica? Terá o patriotismo tendência para desaparecer, submergindo sob a forma dos crescentes imperialismos?

Perante estas questões só se nos afigura como resposta plausível a total reformulação do conceito e a sua readaptação a este presente que, cada instante, faz futuro. Na verdade, o patriotismo que era sentido pelo homem do séc. XII não se identifica com o adoptado no séc. XVI ou com o necessário nos séculos XIX ou XX. De facto, só regenerando o sentido da expressão *pátria*, confrontando-o e adaptando-o aos condicionalismos actuais, afeiçoando-o à conjuntura que cada nação sustenta, será possível consignar-lhe a dimensão definidora dessa tão discutida identidade nacional,

(¹) Mircea Eliade, *Aspects du mythe*, p. 43.

preservando convenientemente o seu significado ao respeitar as suas ancestrais raízes.

Mas, quais os factores determinantes na sobrevivência da individualidade política das nações, cuja dimensão territorial reduzida põe em constante perigo frente às grandes potências ideológicas ou militarmente absorventes e aniquiladoras da real independência de cada pátria? Será que, hoje, as armas desses países ou o heroísmo dos seus homens permitirão e garantirão a sua eficaz defesa contra qualquer ataque de uma superpotência munida de material bélico nuclear, sem rival no extermínio de tudo o que representa uma vontade ou uma presença humana? De facto, como salientava o espírito perscrutador de Vitorino Nemésio em *Era do Atomo. Crise do Homem*, opúsculo publicado em 1976, «o potencial atómico» equivalendo «ao poder político», torna «diferente uma potência mundial de 1914... de uma potência de hoje», na medida em que «então o poder de golpe consistia nas armas certeiras e pesadas, fuzilaria e canhões...» e «hoje... as cidades do aço e do carvão como que se humilharam diante das reservas instaladas muito longe, nos desertos e finisterras, destinadas a cofrar os ciclotrões e as plataformas de lançamento dos engenhos espaciais» (2). Com efeito, já escrevia Einstein, em 1950, que «precisamos de *um modo de pensar essencialmente novo*, se quisermos que a humanidade sobreviva» (3). Neste contexto, as armas das pequenas e médias nações não se podem restringir ao material bélico que possuem, havendo que encontrar outras capazes de substituir a sua fragilidade material. Pensamos que o único recurso ao seu alcance é a sua obra Espiritual manifestada concretamente nos seus progressos culturais, científicos e morais.

Só nesta perspectiva se vislumbra a permanência de cada identidade nacional e a sua projecção a nível planetário. Mas em que raízes históricas mergulha tão singular problemática?

Desde o séc. XVIII que as ideias de *pátria*, *patriotismo* e *nação* vão sendo equacionadas, mas sempre de modo bastante vago e ambíguo. É o que se aplica a Voltaire quando define a pátria como «uma propriedade, um campo, uma aldeia, uma família» e não apresenta qualquer significado para a expressão patriotismo (4).

(2) *Ob. cit.* pp. 21 e 22.

(3) *Ibidem*, p. 138.

(4) *Dicionário Filosófico* cit. por J. Touchard. *História das ideias políticas*, vol. 4, p. 103.

Posteriormente, Frederico II, em 1779, nas *Cartas sobre o amor da pátria* ou *Correspondência de Anapistémon de Philopatros*, tentará explicar a importância do sentimento nacional ao escrever: «O amor da pátria não é um ser de razão, existe realmente.» Será, no entanto, a Revolução Francesa que retomará o interesse pelo conceito de nação. Sieyès entende-a como «uma lei comum e uma representação comum»⁽⁵⁾.

Continuador das ideias patrióticas patenteadas pela Revolução de 1789, Michelet considera o sentimento patriótico como o fundamento da paz universal, pois acentua que «a pátria é a iniciação necessária à pátria universal»⁽⁶⁾. Contudo, as primeiras décadas do séc. XIX vão ser caracterizadas pelo chamado «despertar das nacionalidades», que se encontravam sob dominação estrangeira. Desde 1815 até 1830, assistiu-se à proclamação da independência de vários povos da América Latina (em que destacamos o Brasil) e da Europa, tais como a Sérvia, a Grécia e a Bélgica. Esta movimentação autonomista dos povos vai desencadear o reaparecimento da ideia federalista que a formação dos Estados Unidos da América tinha prenunciado pouco antes da Revolução Francesa. Deste modo, alguns pensadores e teóricos do Poder começam a procurar um princípio que, na conjuntura oitocentista, respondesse à tendência separatista dos Estados, para evitar uma pulverização semelhante à atingida na sociedade medieval. O princípio que se afigurou mais vantajoso, viável e vanguardista foi, sem dúvida, o do federalismo. A partir de 1841, com E. Charrière formula-se a doutrina da unificação das raças para consagrar o estabelecimento da «unidade geral da Europa» através da «absorção dos pequenos Estados pelos grandes»⁽⁷⁾. Estas ideias foram prosseguidas por Mazzini que publica, em 1849, a *Santa Aliança dos Povos* e por Proudhon que escreve, em 1863, *Do Princípio Federativo*. Ora, foram estes teorizadores que provocaram uma reavaliação sobre o que era, de facto, a *pátria*, o *patriotismo*, a *nação*. Não obstante, verificamos que a decadência do princípio das nacionalidades é um facto como o atestam as unificações italiana, em 1861, e alemã, em 1871.

Na verdade, a federação apresentava-se como a forma ideal para garantir a liberdade dos povos, por um lado, e como um método revolucionário,

(5) J. Touchard, *ibidem*.

(6) *Ibidem*, vol. 5, p. 108.

(7) *La politique de l'histoire*, pp. 327 e 373.

por outro, pois alargaria a todos os povos princípios descentralizadores, fundamentantes da sua autonomia.

Nesta conformidade, Hegel preocupar-se-á com a definição de Estado, assim como com o conceito de povo — nele capta uma organização única e susceptível de encarnar uma das formas sob a qual se revelava o Espírito da História. Por sua vez, Renan, em 1882, insiste na ideia de nação como «uma alma, uma herança de recordações e, sobretudo, como *um plebiscito quotidiano*» (8).

Na realidade, se o federalismo teoricamente unia as pátrias, ele revelar-se-ia também como um factor desagregador no ponto de vista prático. Assim se enquadram as perspectivas de Marx e Engels ao defenderem que «os operários não têm pátria», o que sintomatiza a decadência da ideia de pátria e do conseqüente patriotismo. Perante esta posição que leva o federalismo a transformar-se em internacionalismo puro, surgem teóricos de posição antagónica que irão levar até às últimas conseqüências a noção de nacionalismo. Com objectivos opostos ao patriotismo da Comuna de 1871, aparecem doutrinadores que deformam a ideia de patriotismo autêntico e, por isso, progressivo, em nacionalismo conservador, antiparlamentar, tradicionalista e sem visão de futuro. O pensamento dos seus máximos representantes — Barrès e Maurras — vai ter repercussões importantes em Portugal como o assinala a corrente do Integralismo Lusitano.

Em síntese, podemos afirmar que a conjuntura ideológica europeia, após o aparecimento destas teorias, culminará nos princípios do séc. XX com as mentalidades decadentistas expoentizadas em Spengler, Toynbee, P. Valery e Malraux. Mais tarde, a complexidade do contexto geral criado com a iminência de novo conflito mundial, leva Thierry Maulnier a reabilitar as doutrinas nacionalistas publicando *Au de lá du nacionalisme*, em 1938. Com este escrito pretende essencialmente consignar ao nacionalismo o sentido revolucionário que perdera pela sua associação a «mitos políticos alicerçados nos antagonismos económicos e degradados pela demagogia, a mediocridade e o verbalismo» (9).

Mas será, efectivamente, possível regenerá-lo depois de toda a carga psicopatológica que teóricos de intenções obscurantistas lhe insuflaram?

(8) *Ibidem*, vol. 6, p. 116.

(9) *Ibidem*, vol 7, p. 142.

Não será mais adequado dar-lhe uma nova forma a partir do conceito de patriotismo, que quase com ele foi confundido? Não será mais eficaz revivificar este sentimento comum a todo um povo e que apesar dos tortuosos caminhos percorridos ainda mostra um carácter espiritual e afectivo, capaz de superar o esquecimento em que mergulhou e as deformações de que foi alvo?

De facto, se o federalismo não teve o êxito que os seus adeptos lhe anteviram, o nacionalismo que ainda hoje sobrevive em África, na Ásia ou na América Latina, não está suficientemente prestigiado e dignificado para vir a constituir uma alternativa lúcida e válida ao complexo mundo actual. A força dos exércitos, o entusiasmo das fracções político-religiosas, a acção concertada das massas populares, em que tais nacionalismos assentam, não prevêem, não fazem prever a esperança no delineamento de uma mentalidade nova que possibilite aos povos outras formas de afirmação nitidamente vantajosas para os seus países e em que esteja arredada a ideia de dominação, pois embora se oponham flagrantemente as noções de nacionalismo e de internacionalismo, cada vez mais se interpenetram. Na verdade, quando uma nação nasce hoje ou quando se pretende impor às grandes potências, logo estas começam a digladiar-se numa rivalidade obcecante, para conseguirem exercer nela a sua totalitária influência, sem atenderem ao direito de cada povo escolher o seu próprio destino. As pátrias do mundo actual não têm o seu futuro assegurado sem uma real revisão de mentalidades se efectuar, superando-se, desse modo, as perspectivas de conflagração nuclear mundial. A decadência do Ocidente realçada, com ênfase, por Spengler no princípio do séc. XX, assume hoje notável impacte se observarmos com agudeza o incremento de um superimperialismo mitigador do sentido e dos profundos objectivos de cada nação. Por isso, urge que um renovador e decisivo espírito de missão consciencialize as grandes nações da tremenda responsabilidade de actuações irreflectidas e de imprevisíveis consequências para toda a humanidade. Que os homens não percam de vista o exemplo do mitológico Ícaro, cuja ambição desmedida o privou não só de alcançar o que almejava, como também o precipitou no implacável oceano do esquecimento. Só uma expressa recusa ideológica de todas as manifestações de imperialismo, sempre massificadoras das sociedades, poderá ainda salvar a dignidade dos povos que sabiamente se foram definindo a si

próprios ao longo de muitos séculos de luta contra as adversidades que, em cada época, defrontaram.

Reportando-nos agora ao problema específico do nosso país, como equacionar os fundamentos que não-de conduzir ao ressurgimento, hoje, do conceito de patriotismo? Parece-nos que é indispensável sabermos em que raízes mergulha, que períodos críticos atravessou, como se perpetuou até à actualidade e com que meios sobreviveu.

Neste ensejo, consideramos que, se o patriotismo foi construído noutros povos pela unidade rática, territorial e linguística, em Portugal esboçou-se numa conjuntura *sui generis* ligada ao próprio aparecimento da nação portuguesa e que se consubstanciou na guerra contra o Mouro — símbolo do poder do Oriente infiltrando-se lentamente no mundo cristão ocidental. Na realidade, foi para aniquilar o eminente perigo muçulmano que os *portugalenses* dirigidos pelo conde D. Henrique e mais tarde por D. Afonso Henriques se uniram numa missão, desde logo universalista, contribuindo largamente para afastar das nações europeias a progressiva ameaça turca.

Dentro do mesmo espírito de cruzada contra o Infiel se iniciou no séc. XV a expansão para o Norte de África, principal centro abastecedor das forças muçulmanas. Este carácter supranacional da cruzada vai-se acentuar no reinado de D. Afonso V. Ele assume, então, o papel de guardião do Ocidente ao ser o único rei cristão a responder ao apelo feito pelo Papa para a Europa incrementar a luta contra o inimigo comum. Foi, na verdade, a campanha do Norte de África que reafirmou o sentido universalista de Portugal. Contudo, esta feição só será completada pela dimensão atlântica que o país adquire com os Descobrimientos. Serão eles que alargarão os horizontes da Europa garantindo-lhe um novo e vigoroso sustentáculo na luta pela sua continuidade histórica. Será também o Atlântico a fortalecer o patriotismo a que Camões várias vezes apelará nos *Lusíadas* («Esta é a ditosa pátria minha amada» ou «Vereis amor da pátria, não movido de prémio vil mas alto e quase eterno») perspectivando um Portugal capaz de afrontar as ameaças político-estratégicas estranhas e persistindo na sua inalienável independência. No entanto, condicionalismos de vária ordem não permitiram à dimensão alcançada com o Atlântico preservar Portugal da dominação castelhana durante sessenta longos anos. Nesse período — 1580 a 1640 — os portugueses subjugados mas também inconformados, forjarão o primeiro grande alicerce da sua identidade nacional — o sebastianismo de raízes

messiânico-judaicas. Alimentando a esperança do povo até ao emergir da independência, personificada na figura carismática de D. João IV, permanecerá depois na sua memória, estimulando-o nos momentos difíceis e ajudando-o a ultrapassar os obstáculos que a evolução histórica envolvia frequentemente. E se o sentimento patriótico foi deformado e obliterado por longo tempo ao identificar-se com o mito sebastianista, a sua significação originária manteve-se latente na alma nacional. O declínio do sentimento patriótico acentuar-se-á com a propagação das ideias iberistas-federalistas desde meados do séc. XIX até ao limiar do séc. XX. Contudo, a implantação da República em Portugal veio trazer uma nova e profícua dinâmica aos ideais patrióticos sobretudo pelas abordagens efectuadas pelos espíritos esclarecidos de Teixeira de Pascoais, Fernando Pessoa, António Sérgio e Raul Proença.

Se Teixeira de Pascoais equaciona em termos vagos e românticos o problema da nação portuguesa ligando-o ao Saudosismo, Fernando Pessoa vai mais longe ao tentar formular toda uma teoria para justificar Portugal. Mas a ausência de estudos históricos e de documentação tornam a sua meditação pouco clara e inconsistente. A incerteza quanto às suas possibilidades são salientadas por ele próprio, ao dirigir-se a Sampaio Bruno, cuja erudição bem conhecia, para que lhe fornecesse bibliografia sobre o sebastianismo⁽¹⁰⁾.

Apesar das múltiplas dificuldades vai reformular o mito sebástico sob a forma de um Super-Camões, criador das condições indispensáveis para a prosperidade do Portugal do futuro — a revalorização da língua, a reeducação do povo, a formação de uma elite organizadora das relações entre governantes e governados, a reconstrução do psiquismo nacional⁽¹¹⁾, permitiriam entrever uma *superior consciência de nacionalidade*⁽¹²⁾. Esta seria o fundamento do patriotismo que existiria, antes de tudo, em cada português⁽¹³⁾. A Pátria portuguesa seria, como qualquer pátria, um *meio de criar uma civilização*, «não devendo entrar no conceito de pátria, para-

⁽¹⁰⁾ Vide *Sobre Portugal. Introdução ao problema nacional*, introd. de Joel Serrão, Lisboa, 1979, p. 58.

⁽¹¹⁾ *Ibidem*, pp. 121 e 123.

⁽¹²⁾ *Ibidem*, p. 124.

⁽¹³⁾ *Ibidem*, p. 125.

mente místico, nenhum elemento de interesse nem nenhum outro conceito místico a não ser que ele domine esse conceito e o integre em si» (14).

Por sua vez, António Sérgio delinea o conceito de patriotismo com um acentuado sentido universalista de tipo hegeliano. Para ele, a ideia de Pátria resulta de uma emanção universal, pois sendo «a pátria verdadeira a do Espírito, o que liga os homens não é o sangue, nem o território, nem o rei — mas sim a Ideia» (15). É, nesta perspectiva, que crítica com veemência a corrente integralista, expressão de um nacionalismo exacerbado, tendenciosamente deformado e difusor de generalizações abusivas, deturpadoras da verdadeira dimensão do sentimento nacional. Neste contexto, não podemos deixar de referir aqui o pensamento de Raul Proença patenteado na revista *Alma Nacional*, poucos meses antes da proclamação do regime republicano. Sendo o seu ponto de vista ideologicamente idêntico ao de António Sérgio é, contudo, explicitado com mais acutilância. Atribui Proença às esperanças sebastianistas, que tinham conservado o sentimento patriótico até então, um carácter manifestamente nefasto ao progresso real da nação, pois haviam criado no povo um sentimento de inércia ao acalantar a hipótese de que um providencial salvador viria, um dia, com a tarefa gigantesca de resolver todos os problemas nacionais. Deste modo, os portugueses continuariam *et nunc et semper* à espera... Mas revertendo à noção de pátria este livre pensador considera-a *universal*, porque «é quando pensamos que a nossa Pátria se dedicou, se ofereceu e aumentou o património de todas as pátrias, que nos sentimos verdadeiramente patriotas» (16). Assim, a Pátria será tanto mais grandiosa quanto melhor conseguirmos que «ela sirva melhor do que todo o mundo, o interesse do mundo» (17). Criticando aqueles que defendem a inutilidade do patriotismo, sem verem que é um factor de fortalecimento e de redenção do povo, não deixa de admoestar, igualmente, os que o proclamavam com «chauvinismos ridículos e paixões obcecantes» (18). E, mais adiante, lembrará que «a história dos nossos descobrimentos marítimos» constituiu a expressão suprema do sentimento da pátria, alguma vez manifestada pelos portugueses (19).

(14) *Ibidem*, pp. 125 e 126.

(15) *Ensaios*, vol. I, p. 222.

(16) Vide *Raul Proença e a Alma Nacional*, introd. de F. Piteira Santos, Lisboa, 1979, p. 81.

(17) *Ibidem*, p. 84.

(18) *Ibidem*, p. 84.

(19) *Ibidem*.

Das posições enunciadas, sucintamente, parece-nos ser a perspectiva assumida por Raul Proença a mais consentânea com o nosso tempo e, por isso, motivo para a encararmos como um ponto de partida seguro em qualquer reformulação do sentimento patriótico. Regressados de novo à pequena Pátria Lusitana de que, orgulhosamente, falava Camões, dimensionamo-nos ainda nas ilhas atlânticas que autonomamente se administram, no Brasil e na ex-África portuguesa, onde deixámos a nossa língua, a nossa cultura, os nossos costumes a marcar a sua história e no mundo que os nossos emigrantes ajudam a construir. É, portanto, com este carácter ainda universalista de Portugal que podemos vislumbrar a nossa pátria projectada no mundo e ao seu serviço realizando pela cultura, pela variedade das experiências e pela vontade dos seus cidadãos a sua ancestral missão de unificar povos tão diversos e distantes. De qualquer modo, terá de se realizar uma renovação do sentimento nacional, delineando-o em função dos sentimentos mais recônditos, mas autênticos das camadas populares e colocando-o num lugar de supremacia relativamente a objectivos exclusivamente partidaristas ou sectários tantas vezes falseadores da maneira de ser portuguesa. Só assim é possível a definição objectiva da identidade do nosso povo, no momento em que atravessa uma das mais graves encruzilhadas da sua história. Para que o êxito dessa tentativa seja uma certeza e não uma probabilidade, impõe-se o levantamento de toda a documentação bibliográfica e arquivística em que se traçou, com avanços e recuos, a existência desta nação de quase nove séculos.

Nela poderemos encontrar os pontos-chaves da sua evolução, esboçando-se, então, com firmeza, os caminhos a percorrer e que devem ser inseridos no contexto mundial, por meio de uma comunicação, de um diálogo, de uma difusão de ideias, mais plenamente alcançados além-fronteiras. Aliás, é neste domínio que o Estado pode dar um valioso contributo, através dos seus órgãos, salvaguardando o rico espólio histórico que deteriorando-se, dia a dia, por inadmissível incúria acabará, irremediavelmente, por se perder. É urgente que obras impressas e documentos originais, insubstituíveis ao repensamento de Portugal pelos portugueses, continuem a estar inacessíveis por razões fúteis, tais como a falta de pessoal para a recuperação das que se encontram em mau estado ou para ser possível a sua vinda do armazém até á sala de leitura. Se assim prosseguirmos sem defender convenientemente o nosso património cultural e sem possibilitarmos o seu estudo, que país

nos propomos ser no conjunto das nações preservadoras dos seus mais altos valores históricos? Além disso, há que incentivar a publicação de trabalhos sobre aspectos da história portuguesa que contribuam manifestamente para a clarificação dos enigmas que ainda persistem na nossa sociedade acerca de longos períodos da vida nacional. É esta missão profícua que, entre outros, o *Instituto da Defesa Nacional* poderá assumir, na medida em que tem por objectivo a procura de um rumo ideológico pragmático, condicionante essencial da criação de uma inequívoca justificação da defesa nacional, não prioritariamente expoentizada na força das armas, mas na força da razão patriótica, cujas raízes mergulhadas na noite longínqua dos tempos medievos se revelaram à plena luz no projecto universalista quando, veementes e audazes, os portugueses afrontaram os abismos oceânicos para erguer novos mundos no mundo. E como realça o poeta da *Mensagem*, «Deus quis que a terra fosse toda uma, / Que o mar unisse, já não separasse. / Sagrou-te, e foste desvendando a espuma. // Quem te sagrou criou-te português / Do mar e nós em ti nos deu sinal. / Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez. / / Senhor, falta cumprir-se Portugal! (20)

Teresa Bernardino

(20) Fernando Pessoa, *Mensagem*, p. 57.